



Discurso & Sociedad

Copyright © 2019
ISSN 1887-4606
Vol. 13(3) 495-514
www.dissoc.org

Artículo

Os sentidos da tortura: uma análise semiótica das eleições presidenciais de 2018

*The meanings of torture: a semiotic analysis of the
2018 presidential elections*

Mariana Luz Pessoa de Barros
Universidade Federal de São Carlos

Resumen

Dada la intensa controversia que rodea la figura de la tortura y las disputas sobre los sentidos construidas en las narrativas sobre el régimen militar en los discursos de los medios de comunicación, políticos y sociales durante las elecciones presidenciales de 2018, en Brasil, en ese artículo nuestro objetivo es analizar algunos de los memes que hubieron "circulado" en ese momento y que de alguna manera intentaron contraponerse a las críticas al candidato Jair Bolsonaro (PSL), a través de una operación enunciativa de mitigación y minimización de la tortura (Zilberberg, 2011). Para hacer el análisis, tendremos como base teórica la semiótica de origen Greimasian y su desarrollo a partir de la semiótica tensiva de Fontanille y Zilberberg (2001). Observaremos cómo estos memes buscan ablandar, haciendo que el discurso de apoyo a la tortura difundido por la extrema derecha sea más "aceptable".

Palavras clave: Elecciones 2018, tortura, meme, semiótica.

Abstract

Taking into consideration the intense controversy involving torture and the disputes about its different meanings built up in narratives about the military regime and conveyed in media, political and social network discourses throughout the 2018 presidential elections, in Brazil, the aim of this article is to analyze some memes that were spread on the internet at the time and that tried to counter criticisms targeted at the then candidate Jair Bolsonaro (PSL) by means of an enunciation operation for torture attenuation and minimization (Zilberberg, 2011). To meet such an objective, the study is theoretically based on Greimas's semiotics and its evolvement grounded on Fontanille e Zilberberg's tensive semiotics (2001). The study focuses on how such memes seek to soften the discourse for torture spread by the extreme right wing in order to make it more acceptable.

Keywords: 2018 elections, torture, meme, semiotics.

Introdução

Eu não sei bem o que se passou quando eu voltei. As lembranças são confusas. Eu não sei muito bem como era possível, mas eu sei que tudo ficou pior. Eles estavam histéricos, eles sabiam que precisavam extrair alguma coisa em 48 horas, se não perderiam o meu contato. Gritavam, me xingavam, me puseram de novo no pau de arara. Mais espancamento, mais choque, mais água e dessa vez entraram as baratas. Puseram baratas passeando pelo meu corpo, colocaram uma barata na minha vagina. Hoje parece loucura, mas um dos torturadores, de nome de guerra Gugu, tinha uma caixa onde ele guardava as baratas amarradas por barbantes e através do barbante ele conseguia manipular as baratas pelo meu corpo. (Lucia Murat, depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de maio de 2013. Arquivo CNV, 00092.001294/2013-38. Brasil, 2014:374).

Publicado em 2014, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (RCNV) torna público o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 18 de novembro de 2011, pela Lei nº. 12.528. Seus objetivos eram “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Brasil, 2014:15). É na terceira parte do primeiro volume – “Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas” – que encontramos a transcrição do depoimento de Lucia Murat, à qual se segue uma das conclusões à que chegou o relatório: a tortura foi empregada de forma sistemática pelo Estado brasileiro no período da ditadura militar, seja como método de coleta de informações ou obtenção de confissões (técnica de interrogatório), seja como forma de disseminar o medo (estratégia de intimidação).

Recentemente, reacendeu-se o debate acerca do regime militar, bem como sobre a violência efetuada por meio da tortura. Algumas produções discursivas e textuais ligadas a momentos de grande importância para a história do Brasil foram decisivas para isso, como foi o caso da publicação do RCNV em 2014 ou ainda das eleições presidenciais em 2018, que levaram Jair Bolsonaro, candidato da extrema-direita, filiado ao Partido Social Liberal (PSL), à presidência da república. O fato de o então candidato já ter declarado diversas vezes, ao longo de sua vida pública, seu apreço e admiração pela ditadura militar e por seus governantes e já ter defendido o uso da tortura foi lembrado, por meio de relações intertextuais e interdiscursivas¹, tanto por aqueles que se opunham à sua candidatura quanto por aqueles que a apoiavam. Assim, na grande mídia, nas publicações do jornalismo independente, nos discursos dos políticos e nas redes sociais, afirmações proferidas pelo candidato

em antigas entrevistas, como a que apresentamos a seguir, foram (re)enunciadas:

(1) Pau-de-arara funciona. Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável também (Bolsonaro, 1999)².

Outra declaração que foi amplamente reproduzida foi a justificativa dada por Jair Bolsonaro, quando ainda era filiado ao Partido Social Cristão (PSC), na época da votação do “impeachment”, por meio do qual se procurou legitimar o golpe que estava em curso para depor a então presidenta Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016:

(2) Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante³, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, o meu voto é sim (Bolsonaro, 2016)⁴.

Como já era de se esperar, uma declaração homenageando um dos mais conhecidos torturadores do regime militar e ainda aquele que foi o carrasco de Dilma Rousseff gerou enorme impacto na sociedade civil, tanto no momento em que foi proferida, como quando “circulou” em novos textos durante as eleições de 2018.

O Partido dos Trabalhadores (PT), partido de Fernando Haddad, o candidato que disputou o segundo turno com Jair Bolsonaro em 2018, também evocou em sua campanha as afirmativas polêmicas de seu oponente. No programa eleitoral televisivo do PT, do dia 16/10/2018, foram inseridos vídeos antigos de Bolsonaro defendendo a tortura, mesclados aos comentários de Amelinha Teles, que foi brutalmente torturada no período da ditadura, e a imagens de tortura⁵.

Além disso, o próprio Bolsonaro deu declarações ao longo da campanha para presidente que trouxeram à tona a memória tanto de suas antigas colocações quanto de textos e discursos acerca do regime militar e das violências cometidas durante o período, entre os quais se incluem o RCNV e os depoimentos dos presos políticos divulgados em jornais, filmes, livros, redes sociais, etc. Ao transmitir um discurso de sua casa para telões instalados na Avenida Paulista, a uma semana do segundo turno (21/10/2018), disse:

(3) [...] Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da Praia⁶ (Bolsonaro, 2018).

É preciso esclarecer que “ponta da praia” era uma gíria usada por militares para nomear a base militar da Marinha na Restinga de Marambaia, em Pedra Guaratiba, no Rio de Janeiro, destino de presos políticos que eram ali torturados e mortos.

Tendo em vista a intensa polêmica que se criou em torno da figura da *tortura* e as disputas pelos sentidos construídos nas narrativas acerca do regime militar, estabelecemos como objetivo deste artigo analisar alguns dos memes de Internet que circularam na época das eleições de 2018 e que procuraram rebater as críticas feitas ao então candidato Jair Bolsonaro, por meio de operações enunciativas de *atenuação* e de *minimização* da *tortura*. Para isso, teremos como base teórica a semiótica de origem greimasiana e seus desdobramentos na semiótica tensiva de Zilberberg (2011). Observaremos, a partir das noções de *acontecimento* e *exercício*, propostas pelo mesmo autor, de que forma esses memes procuram abrandar, tornando mais “aceitável” o discurso de apoio à *tortura*.

É preciso dizer ainda que, segundo a proposta de Marino (2018), entenderemos os memes de Internet como textos pertencentes a diferentes substâncias expressivas, portanto, sincréticos; derivados de um processo de intervenção sobre textos preexistentes; caracterizados por uma eficácia atribuída e reconhecida coletivamente; caracterizados por um espírito lúdico ou, acrescentamos, crítico; criados e recriados anonimamente; e colocados em circulação por modalidades de difusão que são repetitivas, adaptativas, apropriativas e, em geral, participativas. O interesse pelos memes justifica-se pelo papel decisivo que a comunicação via Internet teve, no Brasil, nas últimas eleições para presidente⁷.

Semiótica e tensividade

Fundamentaremos a análise desenvolvida neste artigo na teoria semiótica de base greimasiana, sendo que receberão especial ênfase as noções de *acontecimento* e de *exercício*, tal como entendidas por Zilberberg (2011), no âmbito da gramática tensiva. A semiótica greimasiana, herdeira da linguística de Saussure e de Hjelmslev, da linguística da enunciação, da antropologia estrutural, da narratologia de Propp e da fenomenologia de Merleau-Ponty, iniciou nos anos 60 o seu projeto – coletivo e sempre em construção – de busca pelo sentido. Interessada em desvendar a significação nos textos das mais diferentes linguagens, começou suas pesquisas pelo exame da ação e do enunciado, observados a partir de suas descontinuidades. Aos poucos, buscando

dar conta de novos objetos, nos quais a ação parece menos relevante que as variações afetivas e passionais do ser do sujeito, passou, em torno dos anos 80, a dedicar-se também ao estudo das paixões e da enunciação. A partir daí, a semiótica abriu-se para a dimensão sensível do sentido, tratada em termos de gradações, continuidades. Entre seus desdobramentos atuais, encontra-se a gramática tensiva, iniciada por Zilberberg e Fontanille (2001).

Para os autores, seria necessário reconhecer a base perceptiva da significação. Nesse sentido, herdamos de Merleau-Ponty a noção de *campo de presença*, entendido na semiótica como o campo perceptivo que se estabelece pela correlação entre um sujeito (um *eu* sensível) que percebe e um objeto percebido ou, mais especificamente, pela correlação entre a intensidade do ato perceptivo e a extensão dos objetos percebidos. A intensidade, concernente ao sensível, aos “estados de alma”, qualifica a força com que somos afetados pelas grandezas que penetram nosso campo de presença, ao passo que a extensidade, concernente ao inteligível, aos “estados de coisas”, diz respeito à extensão temporal e espacial do campo (Fontanille e Zilberberg, 2001). A intensidade possui, como subdimensões, o *andamento* e a *tonicidade*; enquanto a extensidade, a *temporalidade* e a *espacialidade*.

Ganha centralidade nessa perspectiva a noção de *acontecimento*, entendida como aquilo que arrebatou ou ainda que choca o sujeito, é a “[...] realização súbita e extática do irrealizável” (Zilberberg, 2011:176). Logo, o *acontecimento* diz respeito a uma grandeza que entra no campo de presença de um sujeito muito antes que se possa prever sua chegada, arrebatando-o de tal forma que esse sujeito, num primeiro momento, sente dificuldade em compreender o que lhe ocorreu. Logo, quanto ao andamento, o acontecimento é a experiência do acelerado, quanto à tonicidade, é a experiência do tônico. Justamente pelo fato de o sujeito ser inteiramente tomado pelo acontecimento é que ocorre, do lado da extensidade, do inteligível, a aniquilação momentânea da temporalidade e a oclusão radical da espacialidade.

O termo correlato do *acontecimento* é o *exercício* (Zilberberg, 2007), que se configura pela intensidade baixa e a extensidade alongada. Tal articulação tensiva ocorre quando uma grandeza, que já estava prevista pelo sujeito, entra em seu campo de presença. Essa chegada é percebida como lenta e átona. O sujeito do exercício está, portanto, preparado, o que lhe permite compreender o ocorrido a partir do inteligível.

Ao definir o acontecimento e o exercício, Zilberberg (2011) recupera as noções de concessão e implicação. O acontecimento, por realizar o irrealizável, funciona segundo o modo da concessão (embora *a*, no entanto *b*), enquanto o

exercício por manter-se numa lógica de causa e efeito, configura-se segundo a implicação (se *a*, então *b*). A passagem do acontecimento para o exercício ocorre por meio de um processo resolutivo de redução da intensidade, em que atuam a *atenuação* e a *minimização*, isso significa que primeiro realiza-se uma operação de “menos mais”, uma *atenuação* – retira-se tonicidade –, em seguida, efetua-se um acréscimo de menos, a *minimização*: soma-se um “menos” àquilo que já está fraco se considerarmos o eixo da intensidade (operação de “mais menos”). (Zilberberg, 2011).

É preciso dizer ainda que tanto o acontecimento, quanto o exercício podem receber avaliação positiva ou negativa nos discursos. Essas duas noções serão agora retomadas com vistas a analisar o impacto sensível dos textos e discursos construídos em torno da *tortura* nas eleições de 2018.

Tortura: entre o acontecimento e o exercício

Como dissemos anteriormente, as eleições 2018 trouxeram para o debate, por meio de relações intertextuais e interdiscursivas, textos e discursos sobre a ditadura de 1964 e a tortura. Assim, antes de analisarmos os memes propriamente, procuraremos depreender alguns sentidos de *tortura* presentes nos depoimentos dos torturados e ainda nos dos torturadores, uma vez que esses modos de perceber o evento foram atualizados nos discursos que se propagaram no período eleitoral, conforme mostraremos.

Ao recuperarmos o depoimento de Lucia Murat, citado no início deste artigo, notamos que, para o sujeito torturado, a tortura é vivida como *acontecimento*, pois ocorre sem o controle do sujeito e impõe-lhe tal grau de dor e sofrimento, que o sujeito se vê dominado pela experiência sensível e terrificante. É algo que *sobrevém* ao torturado, colocando em cheque suas competências, nesse sentido, procura anulá-lo enquanto sujeito. É o que vemos, por exemplo, no seguinte fragmento, em que Lucia Murat revela dificuldade até mesmo de se lembrar bem da experiência traumática:

(4) Eu não sei bem o que se passou quando eu voltei. As lembranças são confusas. Eu não sei muito bem como era possível, mas eu sei que tudo ficou pior (Brasil, 2014:374).

Nesse depoimento também aparece o caráter extremo e concessivo da tortura. Ela é extrema, porque *piora o pior*, ou seja, o *pior* parecia um limite, um extremo a ser atingido, mas a tortura vai além dele, e é concessiva porque rompe a normalidade, as expectativas, o mundo dos possíveis: é algo que não

poderia acontecer, mas ainda assim acontece, e é nesse sentido que podemos ler as palavras “Eu não sei bem como era possível” ou ainda “Hoje parece loucura”. Outro trecho do fragmento de Lucia Murat que reforça essa percepção da tortura como *acontecimento* é aquele em que afirma que tal prática, vivida como o “horror”, estava além de qualquer preparação. Desse modo, sua entrada no campo de presença do sujeito torturado é percebida como abrupta, acelerada, e ainda como muito tônica, por retirar do sujeito até a possibilidade de submeter o vivido à inteligibilidade das palavras (“indescritível”):

(5) A tortura era uma prática da ditadura e nós sabíamos disso pelos relatos dos que tinham sido presos, mas nenhuma descrição seria comparável ao que eu ia enfrentar. Não porque tenha sido mais torturada que os outros, mas porque eu acho que o horror é indescritível (Lucia Murat, depoimento à Comissão Nacional da Verdade em 28 de maio de 2013. Arquivo CNV, 00092.001294/2013-38. Brasil, 2014:72).

Já a análise dos depoimentos dos torturadores indica que, para o sujeito que a pratica, a tortura funciona segundo a lógica do *exercício*, dada sua intencionalidade, seu planejamento. Ocorre sob o controle da inteligibilidade, de uma certa racionalidade que se organiza a fim de torturar, de produzir no outro a mais extrema dor física e psíquica. Sendo a tortura, ato por meio do qual um sujeito (sujeito do fazer) inflige, movido por uma intencionalidade, sofrimento físico ou psicológico a outro sujeito (sujeito de estado), recebe justificações diversas: pode ser utilizada como uma forma de manipulação, por meio da qual o torturador procurar *fazer fazer*, ou seja, fazer o torturado delatar alguém, confessar algo, etc.; ou pode ser empregada como forma de dar uma sanção negativa a alguém, avaliado como descumpridor de algum contrato social – aos olhos do torturador, o torturado pode ter descumprido o contrato de seguir uma determinada religião, de ser leal ao governo, etc.

É a primeira explicação que encontramos no depoimento do coronel Paulo Malhães, em 25 de março de 2014, que confirma que iniciou suas atividades de coleta de informação utilizando-se da tortura, com a qual inclusive concordava, justificando-a como um meio legítimo de se obter informações (Brasil, 2014:346). Nesse sentido, a tortura recebe a explicação implicativa. Assim, para o torturador, o mal causado está sob o andamento da lentidão, uma vez que é ele que regula a entrada em seu campo de presença do sofrimento do outro. A tonicidade também não é elevada, pois, embora possa existir satisfação e mesmo prazer por parte do torturador (como indicam inúmeros relatos de torturados), o torturador não é surpreendido pelo que está

se passando, não é colocado à mercê do acaso, muito pelo contrário, é ele que comanda o que se passa no corpo do outro.

Tanto o Estado brasileiro, por meio da Lei federal nº 9.455/1997 (Brasil, 1997), quanto a ONU, por meio do *Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (Organização das Nações Unidas, 1984), reconhecem a tortura como crime, inserem-na entre os tratamentos cruéis e desumanos, e ainda reconhecem que nenhuma circunstância especial pode ser invocada para justificar a prática da tortura e amenizar a sanção negativa.

Se, após o final do regime militar, em 1985, ainda era possível ouvir nas conversas privadas e familiares, discursos em defesa da ditadura ou até mesmo, ainda que menos frequente, das violências cometidas (avaliadas, às vezes, como um mal necessário), raramente se lia ou ouvia, nos discursos políticos ou midiáticos, afirmações nesse sentido. Isso já seria suficiente para justificar a enorme repercussão na mídia que as declarações inflamadas de Bolsonaro, realizadas antes e durante o ano de 2018, causaram. No entanto, o modo como tais declarações foram construídas também corroboraram para isso, conforme procuraremos mostrar.

É importante notar que, ao serem recolocadas em circulação durante o período eleitoral, essas afirmações polêmicas receberam novas textualização e assim novos sentidos. Foram (re)enunciadas em memes, notícias jornalísticas, programas eleitorais, tuítes, etc., e colocadas em relação com novos enunciados que estavam sendo construídos tanto pelos apoiadores de Jair Bolsonaro como por seus opositores. Reunimos a seguir algumas das declarações que se propagaram ao longo das eleições, algumas são antigas frases que aparecem em novos textos – como memes, reportagens, etc. –, outras foram proferidas durante o período de campanha:

(6) Pau-de-arara funciona. Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável também (Bolsonaro, 1999).⁸

(7) Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, quando, um dia, nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar pra fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente (Bolsonaro, 1999).⁹

(8) O grande erro da ditadura foi torturar e não matar (Bolsonaro, 2016).¹⁰

(9) Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do Brasil. [...] Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria. [...] Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria (Bolsonaro, 2018).¹¹

Revelando a interdiscursividade constitutiva do discurso, muitos temas e figuras¹² recorrentes em discursos da extrema-direita brasileira podem ser recuperados nesses fragmentos de textos: como a escolha da esquerda como inimiga da nação (“marginais vermelhos”) e o desejo de eliminá-la (“Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos”), a valorização da ditadura militar, a valorização exacerbada da pátria, etc. Entretanto, chama atenção a defesa da tortura, realizada de modo tão explícito quando Bolsonaro diz “Eu sou favorável à tortura”; “Pau-de-arara funciona”; ou quando afirma que o erro do regime militar foi torturar e não matar.

Ao exaltar a tortura, Bolsonaro intensifica o que já é intenso. Explicamos: afirmar-se favorável à tortura já produz um impacto considerável na sociedade, por ser considerada crime, por receber sanção negativa de boa parte da população, por evocar uma violência extrema que procura aniquilar o outro, como vemos no depoimento de Lucia Murat, entre outros elementos. O que Bolsonaro faz, porém, é avaliar a tortura, que já é da ordem do intenso, como algo insuficiente, ou seja, ela é percebida como *pouco* ainda, pois, no lugar de *torturar*, poderiam ter *matado* e, no lugar de matar, poderiam ter *matado bem mais*. Logo, o discurso de Bolsonaro realiza, a cada momento, um deslocamento do limite, ao intensificar, cada vez mais, aquilo que já parecia o extremo do intenso. Trata-se de um discurso intolerante, marcado pelo excesso, conforme aponta Barros (2016).

Nos fragmentos citados, Bolsonaro apresenta afinidades perceptivas com relação ao torturador, não apenas porque elogia Ustra e defende a tortura, mas também pelo modo como faz isso. Utiliza-se, por exemplo, em alguns momentos da primeira pessoa do plural “nós” (“Vamos fuzilar a petralhada”, “Só vai mudar, infelizmente, quando, um dia, nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez”), colocando-se entre aqueles que fazem ameaças, revelando seu desejo de participar de fuzilamentos e das ações que poderão levar a cabo aquilo que a ditadura deixou incompleto. É importante notar ainda como esses atos de violência aparecem justificados por uma lógica implicativa, como ocorre também no depoimento do coronel Paulo Malhões: se pau-de-arara é o que funciona, logo, é utilizado para arrancar depoimentos; se as eleições não

mudarão nada, deve-se partir para guerra e aniquilação do outro; se a ditadura matou e torturou pouco, é preciso matar e torturar mais.

Ao identificar sua percepção da tortura à do torturador que está no controle da situação e ao tratar a tortura sob a égide do exercício, daquilo que possui uma lógica que justifica sua existência, Bolsonaro passa a ocupar, de modo concessivo, um lugar que não poderia ser ocupado nos dias atuais, criando mais uma vez forte impacto sobre seus enunciatórios. Há um encadeamento de operações complexas aqui: Bolsonaro apresenta a tortura sob a lógica do exercício, mas, ao fazer isso e, ainda, ao identificar-se ao torturador, rompe as expectativas de uma boa parte dos eleitores brasileiros. Desse modo, seu discurso é recebido como *acontecimento*, como choque, pois opera a intensificação do intenso e ainda se organiza de modo concessivo, o que se traduz na “captura” do enunciatório – quer esse enunciatório o avalie positivamente ou não – por meio da emoção, dos afetos, do sensível.

No entanto, após o primeiro choque, produzem-se as respostas, favoráveis e também contrárias, ao que é dito por Bolsonaro, na forma de colunas no jornal, grafites, memes, tuítes, manifestações e até mesmo processos criminais. Entre as contrárias, encontramos, por exemplo, o meme que apresentava uma imagem de Jesus dizendo que havia sido torturado até a morte, os posts que traziam fragmentos de depoimentos das vítimas diretas da ditadura de 1964 ou ainda os textos jornalísticos que traçavam o perfil do Coronel Ustra. Não é nosso objetivo analisar esses textos, mas sim alguns dos memes que foram postados em defesa de Bolsonaro e que parecem buscar rebater as críticas feitas ao então deputado por conta de suas afirmações relativas à tortura.

Esses memes foram compartilhados no WhatsApp e também no Facebook por usuários comuns na época das eleições. Como é característico dos memes, não trazem identificação de autoria ou da data em que foram criados ou compartilhados pela primeira vez. Os quatro primeiros textos apresentados a seguir foram encontrados no Facebook, mais especificamente na Time Line (TL) de eleitores do Bolsonaro no dia 27/10/2018, um dia antes do segundo turno das eleições presidenciais, o quinto foi postado no dia da votação do segundo turno, 28/10/2019, enquanto o sexto foi compartilhado em 30/10/2018. Essas datas indicam o dia em que foram postados em uma ou mais TLs no Facebook, mas esses memes, conforme pudemos verificar por meio da ferramenta de pesquisa do próprio Facebook, foram reproduzidos de forma incessante entre os eleitores do Bolsonaro.



Figura 1. Tortura como consequência da corrupção I.



Figura 2. Tortura como fila do SUS.



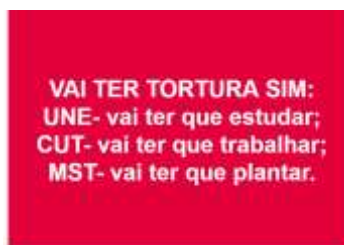
Figura 3. Tortura como consequência da corrupção II.



Figura 4. Tortura como consequência da corrupção III



Figura 5. Tortura como ouvir oração. Figura 6. Tortura como estudo e trabalho.



Os quatro primeiros memes vão culpabilizar a esquerda e o PT por diversos sofrimentos ligados à saúde. Nos três primeiros, é apresentada uma imagem cujo enquadramento – plano aberto e plano de conjunto – possibilita ao enunciatário compreender, a partir de certa distância, o que está ocorrendo, o

efeito desse tipo de enquadramento é de distanciamento e de objetividade. Os componentes verbal e visual se completam construindo o tema do abandono e do sofrimento da população, que teriam sido causados pelo PT. Embora se mencione o PT em apenas dois dos textos, outros elementos, como a corrupção, que vêm sendo há alguns anos associados quase que exclusivamente ao PT pela grande mídia e pela extrema-direita, permitem compreender a crítica que é feita nesses enunciados como dirigida aos governos de Lula e Dilma, e por extensão ao candidato do PT, Fernando Haddad. Utiliza-se inclusive a cor vermelha no segundo e no terceiro texto, que, nesse contexto específico, simboliza a esquerda de modo geral e o PT em específico. No quarto meme, a câmera muda de posição para produzir um plano fechado, criando a aproximação entre o enunciador, o enunciatário e o enunciado, que é reforçada pelo olhar da moça retratada que se dirige ao enunciatário no intuito de silenciar aqueles que acusaram Bolsonaro, uma vez que outros teriam praticado o que seria a “verdadeira” tortura.

Em todos os textos, utiliza-se o presente gnômico (Fiorin, 2016), que atribui às frases o efeito de verdade. Corrobora esse efeito e ainda o de objetividade o apagamento no componente verbal do texto das marcas de primeira e segunda pessoa, logo, é como se não houvesse um sujeito dizendo aquilo ou ainda como se as palavras reproduzissem o real. As fotos dos três primeiros memes reforçam esses efeitos, tanto pelo enquadramento, quanto pelo fato de enunciarem sobre a vida de outras pessoas, num discurso debreado enunciativamente (Fiorin, 2016). Cumprem, portanto, o papel de “mostrar” e “comprovar” o que é afirmado na parte verbal do texto. Já o quarto meme produz o efeito de testemunho, pois a moça fotografada aparece como a autora do cartaz, logo, aquela que teria perdido a mãe por culpa do PT. Reforçam esse efeito o enquadramento que se fecha sobre a moça, a opção cromática da foto (o preto e branco) e ainda o fato de a moça dirigir seu olhar para o enunciatário, como se estivesse se comunicando diretamente com ele. O efeito aqui é de subjetividade e aproximação, mas não se perde o efeito de verdade, pois há outra estratégia em jogo: aquele que vivenciou o fato pode ser visto também como o mais apto a narrá-lo.

É preciso observar ainda que esses textos efetuam uma inversão de papéis. Se nas falas do ex-militar Bolsonaro, é ele que ocupa o papel temático do próprio torturador, enquanto o torturado é figurativizado pela *esquerda* e, mais especificamente, pelos membros e eleitores do PT, nesses memes, o papel temático de torturador é atribuído justamente à esquerda e ao PT, enquanto o papel temático de torturado cabe à população que teria sofrido nas mãos do PT.

Inverte-se, portanto, o alvo das críticas, o que tem como uma possível consequência o enfraquecimento da argumentação da esquerda: como acusa o outro de tortura se foi quem praticou “de fato” a tortura? Ou ainda: como acreditar nas acusações da esquerda em relação a Bolsonaro e mesmo à ditadura se é ela que vem praticando a tortura? Essa inversão de papéis coloca, então, em dúvida a própria validade das críticas feitas a Bolsonaro e, ainda, a “verdade” das torturas denunciadas por setores da sociedade que procuraram desvelar o que aconteceu na ditadura militar.

Já os memes 5 e 6 possuem características diferentes dos quatro primeiros, o tom de crítica permanece, mas agora aparece acompanhado de uma dose de humor. Além disso, não ocorre no enunciado a inversão de papéis, mas o deboche em relação ao que seria entendido como *tortura* para certos grupos sociais. Para os que não são religiosos, tortura seria ouvir a transmissão de pessoas rezando; para os que são da UNE (União Nacional do Estudantes), estudar; para os que são da CUT (Central Única do Trabalhadores), trabalhar; para os que são do MST (Movimento dos Trabalhados Rurais Sem Terra), plantar. Os sentidos que ficam implícitos são que os não religiosos são intolerantes, os da UNE não estudam, os da CUT não trabalham e os do MST não plantam. São todos avaliados como não cumpridores das tarefas esperadas segundo seus papéis temáticos: estudante; trabalhador; agricultor. São, portanto, vistos como maus cumpridores dos contratos sociais.

Nesses dois textos, percebe-se o uso da ironia, pois se reconhece que “No eixo da extensão, um significado tem o seu valor invertido abarcando assim o sentido x e seu oposto” (Fiorin, 2014:70), ou seja, ao afirmar que a tortura começa quando a rede Globo inicia a transmissão da oração “Deus acima de Todos”, o que se quer dizer é exatamente o contrário disso. Do mesmo modo, o enunciado afirma que trabalhar, estudar, plantar seriam torturas, enquanto a enunciação nega¹³.

Embora esses memes tenham suas peculiaridades e seus graus de impacto específicos sobre o enunciatário, em todos podemos observar que ocorre a *atenuação* e a *minimização* da *tortura*, ou seja, reduz-se sua possibilidade de comover, de chocar, sua aparição no discurso deixa de ser vista como algo que assombra, para, por meio da desaceleração, tornar-se esperada, corriqueira, comum. Se comparamos o modo como a figura aparece nos discursos daqueles que sofreram a tortura nas mãos do regime militar, nos textos oficiais – entre os quais inserimos a legislação brasileira e a *Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* da ONU, bem como o próprio RCNV – e ainda nas declarações de

Bolsonaro, ao que temos nos memes estudados, notamos esse abrandamento da tortura. Isso porque o que encontramos nos memes é um desdobramento da extensidade do termo, que passa a abarcar muitos novos sentidos. Ao afirmar que a tortura pode ser o descaso do poder público, os sofrimentos e mortes causados à população por conta da corrupção, a transmissão televisiva de uma oração ou o trabalho para quem, supostamente, não quer trabalhar, os memes retiram sua especificidade. Qualquer tipo de sofrimento, causado de forma intencional ou não, em qualquer circunstância, pode ser visto como tortura. Logo, perde-se em intensidade e ganha-se em extensidade, uma vez que o termo passa a abarcar muitos outros sentidos e a produzir menos impacto sensível.

A própria propagação dos memes contribui para a *atenuação* e a *minimização* e, por que não, a banalização da tortura. Este é um dos efeitos possíveis da repetição, como vemos em Zilberberg (2011): reduzir intensidade. Tal redução também ocorre por conta do apagamento do “autor”, apagamento que, na semiótica, entenderemos como uma dessemantização do corpo do ator da enunciação, ou seja, o enunciador se torna menos corporificado, pois os memes, geralmente, são anônimos, escritos por qualquer um, o que enfraquece o vínculo entre enunciador e enunciado, e ainda entre enunciatário e enunciado. Além disso, é preciso dizer que, nos dois últimos textos, inverte-se até mesmo a foria de tortura, pois se tortura é estudar, plantar, trabalhar e rezar, não pode ser vista como negativa. Essa é mais uma das formas de abrandar a tortura, reduzindo sua gravidade, seu caráter criminoso. Assim, esses memes, num movimento de “naturalização” do que diz Bolsonaro, apresentam a tortura sob a ótica do exercício.

Uma vez minimizada, tornada corriqueira, banal, a tortura pode ser mais bem aceita, tanto aquela cometida na época do regime militar como a defendida por Bolsonaro. Além disso, esses memes colocam a população em geral como vítimas que teriam sofrido torturas nas mãos da esquerda e do PT, logo, parecem fornecer a explicação para o desejo de Bolsonaro de “varrer do mapa esses bandidos vermelhos” ou “fuzilar a petralhada”. Encontramos dessa forma a outra justificativa que se usa para a tortura: punir os descumpridores dos contratos sociais.

Considerações finais

Ao longo deste artigo apresentamos uma leitura dos discursos e textos que circularam durante as eleições presidenciais de 2018, a partir do recorte da figura da *tortura*. Sem esgotar a questão, procuramos mostrar de que modo se

deu a *atenuação* e a *minimização* dos sentidos de *tortura* em alguns memes bastante compartilhados, especialmente, às vésperas do segundo turno. Ao exaltar o período da ditadura militar e junto com ele a tortura cometida a mando do Estado, ao mostrar-se favorável à tortura e, mais do que isso, como alguém que deseja praticá-la como forma de extermínio dos inimigos, no caso, a esquerda ou o PT, o então candidato Bolsonaro, por meio de um discurso do *acontecimento*, chocou grande parte da população brasileira e ainda internacional, gerando reações por meio de discursos e textos diversos.

Os memes analisados dialogam com essas reações, procurando neutralizar suas sanções negativas. Para além dos modos de propagação e das questões de autoria do próprio meme, que parecem contribuir para a redução da intensidade e, desse modo, para a banalização da tortura, o que se observou é que os textos procuram estender seus sentidos a situações que, em outros discursos, talvez não fossem qualificadas como “tortura”. A consequência disso é tornar a tortura “aceitável”, inserindo-a numa lógica própria ao exercício, primeiro, por passar a definir qualquer tipo de sofrimento, configurando-se, nesse sentido, como “corriqueira”, depois, por constituir uma forma de vingança (algo, então, supostamente justificável) em relação aos “marginais vermelhos”, uma vez que, segundo esses mesmos memes, é a esquerda e especialmente o PT que, “na verdade”, teriam torturado a população brasileira ao, em sua visão, submetê-la a condições de vida ruins.

Essa oscilação entre o impacto do discurso do acontecimento (dado pelas declarações de Bolsonaro) e a atenuação e a minimização do discurso do exercício (dadas pelos memes), que gerencia a atenção do enunciatário de forma peculiar, parece ter se repetido inúmeras vezes ao longo das eleições e mesmo depois. Após o segundo turno, Bolsonaro passou, por exemplo, a discutir a extinção do Ministério do Trabalho e fez declarações como a seguinte: “O que queremos é destravar a economia. Esse é o caminho. Os empresários têm dito para mim que nós temos que decidir: ou todos os direitos e desemprego ou menos direitos e emprego” (transmissão no Facebook, realizada no dia 9/11/2018)¹⁴. Logo veio a reação negativa, uma vez que a extinção de tal ministério abriria a possibilidade de redução dos direitos trabalhistas e dificultaria o combate ao trabalho análogo ao escravo, até porque o Ministério do Trabalho era o órgão responsável por fiscalizar isso. Novos textos foram produzidos ou (re)enunciados em resposta a essas acusações, como o que foi compartilhado no dia 13/11/2018 por um usuário do Facebook. Não conseguimos confirmar se a frase presente no meme seria mesmo de

autoria de Sérgio Moro. De qualquer modo, ele aparece ali como um suposto fiador da verdade.



Figura 7. Trabalho escravo como pagamento de imposto.

Nota-se, então, que se banaliza o “trabalho escravo” ou a “escravização”, algo que vai ao encontro do que vimos acontecer com a “tortura”. Arriscamos, a partir daí, a hipótese de que a gestão da atenção e do afeto dos eleitores ao longo da campanha de Bolsonaro e mesmo depois vem se realizando essencialmente por essa oscilação de intensidades, primeiro o choque, o *acontecimento*, em seguida, inversões do sentido apresentado nos discursos dos opositores, o que produz uma crise da *verdade*, e operações de redução da intensidade, culminando no exercício. Em seguida, são feitas novas afirmações polêmicas, que, posteriormente, são também atenuadas e minimizadas ou por falas do próprio Bolsonaro ou por memes e outros textos que circulam de forma anônima nas redes sociais, tendo sido propagados pela própria equipe de comunicação de Bolsonaro, por seus apoiadores ou por empresas disparadoras de mensagens.

Desse modo, a atenção de quem assiste a esse espetáculo e até participa dele não está nunca desmobilizada, sempre aguardando a nova surpresa, o novo *acontecimento*, ao mesmo tempo em que vai incorporando, a partir da *atenuação* e da *minimização*, a “normalidade” da tortura, da redução dos direitos, do racismo, da homofobia, da eliminação do outro, etc.

Notas

¹ A interdiscursividade é compreendida, segundo definição de Fiorin (2004:181), como qualquer relação dialógica estabelecida entre discursos, manifestada ou não, e a intertextualidade como a relação discursiva que é materializada nos textos, logo, toda intertextualidade pressupõe interdiscursividade.

² A frase foi dita em entrevista ao programa *Câmara Aberta*, na TV Bandeirantes, 1999, ao tratar do fato de Chico Lopes, ex-presidente do Banco Central, ter invocado o direito de ficar calado numa CPI. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKIvw>. Acesso em 1/4/2019.

³ O Coronel Alberto Brilhante Ustra, conhecido pelo apelido de “Doutor Tibiriçá”, foi chefe comandante do Destacamento de Operações Internas (DOI-Codi) de São Paulo no período de 1970 a 1974, um dos maiores centros de repressão do período. Em 2008, tornou-se o primeiro militar a ser reconhecido, pela Justiça, como torturador durante a ditadura. Segundo o RNCV, teve participação direta em casos de prisão, detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Entre suas vítimas, encontra-se a ex-presidenta Dilma Rousseff.

⁴ *You Tube*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=54KUDU-u1P0>. Acesso em 1/4/2019.

⁵ *You Tube*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-SR44rK1o8M>. Acesso em 1/4/2019.

⁶ *You Tube*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZAFtYnkDeWc>. Acesso em 1/4/2019.

⁷ Conforme pesquisa do Datafolha, realizada em outubro de 2018 e divulgada no *El país* (Oliveira e Rossi, 2018), 66% dos brasileiros têm contas em redes sociais, especialmente no WhatsApp e no Facebook. Ainda segundo a pesquisa, o WhatsApp é utilizado diariamente por 120 milhões de brasileiros, sendo que 60% desses usuários afirmaram utilizá-lo para compartilhar informação política. É preciso lembrar também que os jornais denunciaram, ainda durante as eleições, a compra (no valor de 12 milhões) de pacotes ilegais de “disparos em massa” de mensagens via WhatsApp, realizada por empresas que apoiavam Bolsonaro (El País, 2018). Logo, mesmo que haja alguma imprecisão nesses números, eles revelam o papel das redes sociais nessas últimas eleições.

⁸ *You Tube*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=54KUDU-u1P0>. Acesso em 1/4/2019.

⁹ *You Tube*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=54KUDU-u1P0>. Acesso em 1/4/2019.

¹⁰ *You Tube*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6_catYXcZWE. Acesso em 1/4/2019.

¹¹ *You Tube*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=DFBa_K1Es1s. Acesso em 1/4/2019.

¹² Barros (2002:116-117) mostra que os temas classificam e organizam a realidade significativa e as figuras particularizam e concretizam os discursos temáticos e abstratos, ao estabelecerem a relação intersemiótica entre *mundo natural*, entendido como uma semiótica, e língua. É, segundo Fiorin, (1998:18-19), na relação entre as figuras e temas que as determinações sociais aparecem com maior força.

¹³ Como mostra Fiorin: “A ironia apresenta uma atitude do enunciador, pois é utilizada para criar sentidos que vão do gracejo até o sarcasmo, passando pelo escárnio, pela zombaria, pelo desprezo, etc. Na verdade, são duas vozes em conflito, uma expressando o inverso do que disse a outra; uma voz invalida o que a outra profere” (2014:70).

¹⁴ Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaro-promete-mais-empregos-mas-com-menos-direitos-trabalhistas>. Acesso em 1/4/2019.

Referências

- Barros, D. L. P. (2016).** Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 58, n. 1:7-24.
- Barros, D. L. P. (2002).** *Teoria do discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas.
- Brasil (2014).** Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília. CNV, vol. I, II e III.
- Brasil (1997).** Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.
- El País (2019).** Empresas compram pacotes ilegais de envio de mensagens contra o PT no WhatsApp, diz jornal, Brasília, 19 de outubro de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539873857_405677.html. Acesso em 20/03/2019.
- Fiorin, J. L. (2016).** *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática.
- Fiorin, J. L. (2004).** “Interdiscursividade e intertextualidade”. In: Brait, Beth (org.) (2004). *Bakhtin e outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.
- Fiorin, J. L. (1998).** *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática.
- Fontanille, J. e Zilberberg, C. (2001).** *Tensão e Significação*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas.
- Marino, G. (2018).** Semiótica da propagabilidade: Uma abordagem sistemática de memes e virais de Internet. Tradução de Cecília Almeida Rodrigues Lima. *Revista Ícone*, v. 16, n. 1:9-41.
- Oliveira, J. e Rossi, M. (2018).** WhatsApp, um fator de distorção que espalha mentiras e atordoia até o TSE. *Jornal El País*, São Paulo/Recife, 8 de outubro de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538877922_089599.html. Acesso em 20/03/2019.
- Organização das Nações Unidas (1984).** *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradante*, 9/12/1984.
- Zilberberg, C. (2011).** *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê.
- Zilberberg, C. (2007).** Louvando o acontecimento. Tradução de Maria Lucia Vissotto Paiva Diniz. *Revista Galáxia*, n. 13:13-28, jun.

Nota biográfica



Mariana Luz Pessoa de Barros é docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos e líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Semiótica. É mestre (2006) e doutora (2011) em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo, realizou estágio de doutorado-sanduíche na Université Paris 8, e possui pós-doutorado em Linguística (2016) pela Universidade de São Paulo. Entre suas publicações, encontram-se o livro *O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível* (2012) e artigos sobre semiótica, tempo, memória e autobiografia.

E-mail: maluzpessoa@gmail.com